

## COMISSÃO DIRETORA

### PARECER Nº 1.739, DE 2009

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2009 (Medida Provisória nº 464, de 2009).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2009 (Medida Provisória nº 464, de 2009), que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de outubro de 2009.

**ANEXO AO PARECER Nº 1.739, DE 2009.**

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2009 (Medida Provisória nº 464, de 2009).

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990.

**Emenda nº 1****(Corresponde à Emenda nº 30 – Relator-Revisor)**

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas e para produtores rurais e suas cooperativas, e altera as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.001, de 13 de março de 1990.”

**Emenda nº 2****(Corresponde à Emenda nº 31 – Relator-Revisor)**

Exclua-se o § 4º do art. 7º do Projeto, renumerando-se o atual § 5º para § 4º.

### **Emenda nº 3**

#### **(Corresponde à Emenda nº 32 – Relator-Revisor)**

Inclua-se onde couber o seguinte parágrafo ao art. 7º do Projeto:

“§ . Os fundos garantidores já constituídos terão o prazo de 1 (um) ano para adaptarem seus estatutos ao disposto nesta Lei.”

### **Emenda nº 4**

#### **(Corresponde à Emenda nº 33 – Relator-Revisor)**

Acrescente-se ao Projeto o seguinte art. 8º, renumerando-se os atuais arts. 8º a 16:

“Art. 8º É a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), de fundos que, atendidos os requisitos fixados nesta Lei e em regulamento, tenham por finalidade garantir o risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas.

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

I – em moeda corrente;

II – em títulos públicos;

III – por meio de ações de sociedades em que tenha participação minoritária; ou

IV – por meio de ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário.

§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas dar-se-á na forma do inciso V do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º Os fundos de que trata o *caput*:

I – não poderão contar com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderão por suas obrigações até o limite dos bens e direitos integrantes de seu patrimônio;

II – deverão conter previsão para a participação de cotistas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas.

§ 4º Os fundos de que trata o *caput* somente garantirão até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por beneficiário, em uma ou mais operações de crédito rural de investimento.”

### **Emenda nº 5**

#### **(Corresponde à Emenda nº 34 – Relator-Revisor)**

Dê-se ao art. 8º do Projeto, renumerado como art. 9º, a seguinte redação:

“Art. 9º Os fundos mencionados nos arts. 7º e 8º poderão ser criados, administrados, geridos e representados judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União, com observância das normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

.....

§ 4º .....

.....

VI – os limites máximos de cobertura de inadimplência, por agente financeiro, que poderão ser segregados:

a) no caso de microempresas individuais, microempresas, empresas de pequeno e médio porte e autônomos de que trata o art. 7º, por conjuntos de diferentes modalidades de aplicação, por portes de empresa e por períodos;

b) no caso de produtores rurais e suas cooperativas, de que trata o art. 8º, por conjunto de diferentes finalidades de aplicação de crédito de investimento, por faixas de valor contratado e por prazo da operação.

.....

§ 7º Os fundos referidos nos arts. 7º e 8º terão direitos e obrigações próprias, pelas quais responderão com seu patrimônio, sendo que a instituição administradora e os cotistas não responderão por qualquer outra obrigação do fundo, salvo, no caso dos cotistas, pela integralização das cotas que subscreverem.”

### **Emenda nº 6**

#### **(Corresponde à Emenda nº 35 – Relator-Revisor)**

Dê-se ao § 2º do atual art. 9º do Projeto, renumerado como art. 10, a seguinte redação:

“Art. 10. ....

.....

§ 2º O Ministério da Fazenda disponibilizará, por meio do seu sítio na rede mundial de computadores, até a data de 30 de junho de cada ano, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas pelos fundos garantidores de que tratam os arts. 7º e 8º, informando, no mínimo:

.....”

### **Emenda nº 7**

**(Corresponde à Emenda nº 36 – Relator-Revisor)**

Acrescente-se ao Projeto o seguinte art. 11, renumerando-se os atuais arts. 11 a 16:

“Art. 11. É criado o Conselho de Participação em fundos garantidores de risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas junto a produtores rurais e suas cooperativas, órgão colegiado, que terá sua composição e competência estabelecida em ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A habilitação do fundo para receber participação da União é condicionada a que a instituição financeira administradora submeta o estatuto do fundo a prévio exame pelo conselho de que trata este artigo.”

### **Emenda nº 8**

**(Corresponde à Emenda nº 37 – Relator-Revisor)**

Dê-se ao art. 11 do Projeto, renumerado como art. 13, a seguinte redação:

“Art. 13. A dissolução de fundos de que tratam os arts. 7º e 8º será condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos.

Parágrafo único. Dissolvido o fundo, o seu patrimônio será distribuído entre os cotistas, na proporção de suas cotas, com base na situação patrimonial à data da dissolução.”

### **Emenda nº 9**

**(Corresponde à Emenda nº 38 – Relator-Revisor)**

Substitua-se nos §§ 5º e 6º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, introduzidos pelo art. 15 do Projeto, renumerado como art. 17, a expressão “1º de janeiro de 2011” por “1º de janeiro de 2010”.